



QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?

FOTOS: MÍDIA NINJA



ATOS ANTIRRACISTAS E ANTIFASCISTAS MARCAM O MÊS



“EU NÃO POSSO RESPIRAR”

O grito “eu não posso respirar”, que marcou mais um crime de ódio e racismo, com o assassinato de George Floyd nos Estados Unidos, tem ecoado em outras partes do mundo. No Brasil, a luta antirracista se juntou, nas ruas, com a luta antifascista protagonizada pelas torcidas organizadas de futebol. Assim, de forma mais ousada, começamos a romper as barreiras que hoje blindam o protofascismo que comanda o planalto central.

Assim, a pergunta “quem mandou matar Marielle” se junta agora ao grito “eu não posso respirar”, em uma luta antifascista, antirracista, antimachista, antilgbtfóbica, anticapacitista, pautada na luta anticapitalista. Com a junção de bandeiras que questionam a estruturação da sociedade capitalista, explicitada de forma enfática no momento da pandemia da COVID-19 como uma sociedade que privilegia os lucros em detrimento da vida.

Junto com o desafio de articularmos a luta de classes com as lutas antirracista e antimachista, somos, a cada dia desse período excepcional, desafiados a resgatar o projeto societário que interessa à classe trabalhadora. Pois nesse período também se evidencia que o projeto de educação defendido pelo ANDES-SN ao longo de seus quase 40 anos não cabe na sociabilidade do capital, seja em seu formato neoliberal, de conciliação de classes ou ultraneoliberal.

A incompatibilidade de um projeto de educação pública, gratuita, laica, socialmente referenciada, antirracista, antimachista, antilgbtfóbica, anticapitalista, universal e para todos e todas, também

se evidencia no momento da pandemia, em que todos os esforços do governo federal e de uma parte dos gestores e da comunidade acadêmica estão sendo no sentido de garantir o ensino remoto, mesmo ao preço de excluir parcelas dos discentes e de sobrecarregar parcela dos docentes. O que está no foco das atenções é “cumprir a carga horária do semestre”, “integralizar os currículos”, “garantir a formatura dos concluintes” e não a estruturação das instituições de ensino, o investimento em pesquisas e ações para o combate à COVID-19. Assim se desenha, mais uma vez em nossa história, o embate entre o projeto de educação do capital e o projeto de educação do movimento docente organizado.

Nessa luta entre projetos de educação que se assentam em projetos antagônicos de sociedade, temos o desafio de reafirmar que para nós não basta apenas uma educação superior, básica e técnica e tecnológica só para alguns, subordinada às parcerias público-privadas, a distância, desestruturada e que aprofunde a desigualdade social que arrasa esse país. É tempo de disputar projeto de educação e denunciar os preceitos do projeto do capital, que hoje se apresentam como uma tentativa de dar normalidade a um período absolutamente excepcional. É momento de mostrar o que estamos fazendo para combater a pandemia em nossas instituições de ensino, como tem demonstrado a campanha do ANDES-SN “o que alguns chamam de balbúrdia nós chamamos de produção de conhecimento público”, que explicita o papel social das instituições públicas de ensino.

Vivemos um dos momentos mais críticos da história do país, onde o ódio, a imposição do pensamento único, o obscurantismo, o fundamentalismo, a anticiência, as práticas milicianas e militares são as bases que se espriam no pensamento social. Daí o desafio de combater o governo Bolsonaro/Mourão é fundamental, daí a importância do ANDES-SN, junto com mais 400 entidades, ter assinado um pedido de impedimento. Da mesma maneira, o fortalecimento dos espaços coletivos, construídos por entidades, organizações e movimentos, em uma perspectiva classista e de luta real, como a CSP-Conlutas, o FONASEFE e o Fórum Sindical, Popular e de Juventudes de Luta por Direitos e Liberdades Democráticas, são fundamentais.

Temos hoje o desafio de pensar o amanhã. Por isso resistir a toda e qualquer forma de elitização das instituições públicas de ensino é uma de nossas tarefas centrais, assim como preparar as instituições de ensino para um período que, esperamos, não esteja muito longe, em que poderemos retornar, mesmo que parcialmente, as atividades presenciais. Esse retorno, que não sabemos quando será possível, não poderá ser para as mesmas instituições que deixamos em março de 2020. Aquele normal, desestruturado e precarizado, não responde às novas exigências impostas pela pandemia da COVID-19. Por agora, defender o isolamento social, exigir a estruturação de nossas instituições de ensino e lutar contra a retirada de direitos e governo Bolsonaro/Mourão. Daqui a pouco, nas ruas para derrubar o governo!

#FIQUE EM CASA

BASTA BOLSONARO E MOURÃO!

EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // site: www.andes.org.br // e-mail: imprensa@andes.org.br

Diretor Responsável: Cláudio Mendonça

Edição: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Coordenação Editorial: Jamile Rodrigues MTb 0010916/DF

Jornalistas: Bruna Yunes DrT 9045/DF, Luciana Sendyk, Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Diagramação, revisão e arte final: Angel Holanda // Fotos: Imprensa ANDES-SN, Divulgação, Banco de Imagens

8º CONAD EXTRAORDINÁRIO

"PRORROGAÇÃO
DO MANDATO
DA DIRETORIA
NACIONAL"

30 E 31
DE JULHO
DE 2020

ENCONTRO VIRTUAL

Governo Bolsonaro não cansa de atacar as liberdades democráticas e a autonomia das instituições de ensino superior

Medidas Provisórias editadas desde 2019, comprovam o interesse do governo em interferir nas universidades, institutos federais e Cefet



**INFELIZ A NAÇÃO
QUE TEM UM PRESIDENTE
INIMIGO DA
EDUCAÇÃO**

No início de junho, o presidente da República Jair Bolsonaro editou a Medida Provisória (MP) 979, que permitia que o Ministério da Educação pudesse intervir na escolha de reitores e vice-reitores das universidades federais, institutos federais e do Colégio Pedro II, temporariamente, durante a pandemia da Covid-19. De acordo com o texto, não seriam realizadas consultas à comunidade, escolar ou acadêmica, ou formação de lista tríplice para a escolha de dirigentes nas instituições, enquanto durasse o período de isolamento social. A medida veio em substituição à MP 914/2019, que não foi adiante e perdeu a validade no início de junho. Dois dias após a edição da MP 979, o presidente do Congresso e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), a devolveu ao Palácio do Planalto.

Na época, por meio de uma rede social, Alcolumbre disse que caberia a ele, como presidente do Congresso Nacional, impedir a tramitação de proposições que violam os princípios da Constituição Federal e reiterou que a MP vai contra a autonomia e a gestão democrática das universidades. “O Parlamento permanece vigilante na defesa das instituições e no avanço da ciência”, escreveu.

Para Eblin Farage, secretária-geral do ANDES-SN, medidas provisórias como as editadas por Bolsonaro demonstram o interesse do governo em avançar com a agenda autoritária e neoliberal, mesmo em um momento de crise sanitária como o que o Brasil enfrenta. “A autonomia é sempre o alvo. Esse governo escolheu, desde o primeiro dia de seu mandato, atacar as universidades, institutos e Cefet. As universidades públicas brasileiras têm sofrido ameaças do conservadorismo, das elites e do neoliberalismo”, pontua.

Diante de tantos ataques, a mobilização das entidades da Educação não cessou. O ANDES-SN tem denunciado a gravidade e inconstitucionalidade das medidas, que buscam atacar a autonomia das Instituições Públicas de Ensino Superior, e realizado um amplo debate sobre autonomia universitária e liberdades democráticas.

No entanto, as discussões sobre o tema não começaram agora. Defender essas pautas é parte da constituição do ANDES-SN. “Fizemos isso ao longo de todos os governos e nenhum deles comprou a briga de dar mais autonomia às universidades. O que vivemos hoje, com Bolsonaro, no que tange às universidades federais, é expressão de

uma política que não foi implementada ao longo dos últimos 15 anos. Mesmo isso não representando custo financeiro aos governos, nenhum quis mexer na lei e garantir processos que se findassem no interior das instituições de ensino”, esclarece a secretária-geral.

Nos últimos três meses, com a necessidade do isolamento social, a luta em defesa das liberdades democráticas, nas redes sociais passaram a ser uma das principais ferramentas de luta. Os movimentos intensificaram a pressão junto aos parlamentares para se posicionem contrários a ataques na educação pública, como o representado pela MP 979.

Autonomia Universitária

O ANDES-SN defende que sejam realizadas eleições diretas para os gestores das universidades, institutos federais e Cefet, com voto no mínimo paritário entre os três segmentos - estudantes, docentes e técnicos - pois, dessa forma, se garantirá uma maior autonomia nos processos decisórios nas instituições de ensino. “É importante lutarmos para que direitos não sejam revogados. Porém, a forma como as escolhas dos gestores das universidades e Cefet são realizadas não atendem uma forma democrática. Para nós, democracia é, no mínimo, paridade no peso do voto dos três segmentos e que as próprias comunidades acadêmicas, ao elegerem seus representantes, possam findar seus processos dentro das instituições de ensino e não encaminhando lista tríplice para que o processo seja validado”, defende. A defesa do ANDES-SN é que nas Universidades e Cefet, aconteça como determina a lei que regulamenta os Institutos Federais, de não haver lista tríplice, ou seja, o candidato(a) mais votado é o indicado para ser o novo(a) gestor.

Liberdades Democráticas

Eblin também ressalta que é muito importante que o debate da democracia não seja instrumentalizado. Na avaliação dela, não basta falar que é democrático. É preciso agir nesse sentido e isso é o que se espera do conjunto das instituições de ensino. No entanto, segundo ela não é isso que está ocorrendo em muitas instituições. “Lamentamos que, por exemplo, desde o dia 15 de março algumas instituições tenham instituído ensino remoto sem preparação, sem nenhum debate com a comunidade acadêmica. Isso não é democrático. Não faz parte do projeto de universidade que defendemos e, obviamente, corrobora com princípios

neoliberais desse governo anticidência, antidemocrático, elitista, que está expresso em todas suas ações”, afirma.

Construção da unidade

Se, durante a crise sanitária do novo coronavírus, as instituições estão atropelando os processos de construção coletiva das decisões, o momento pós-pandemia também será repleto de desafios e exigirá investimento. Eblin destaca que, da mesma forma como deveria ser feito nesse período, será necessário promover um amplo debate com a comunidade acadêmica, em cada instituição, para decidir, de acordo com as realidades locais, como será a retomada.

O que já é possível prever é que será necessária uma reestruturação das condições atuais nas instituições públicas de ensino. Não será possível retomar as atividades presenciais em salas de aula lotadas, abafadas, sem ventilação, restaurantes universitários cheios, sanitários sem condições adequadas para higiene, entre outros problemas denunciados há anos pelo ANDES-SN e suas seções sindicais. A defesa das universidades públicas, institutos federais e Cefet envolvem mobilização e o fortalecimento de um espaço público, ressalta a secretária-geral, destacando que é necessário construir a unidade para vencer os muitos desafios que virão pela frente.

Segundo Eblin, ninguém sozinho vai conseguir enfrentar o governo e os ataques. “Agir coletivamente, de forma rápida foi positivo para a vitória em barrar a MP 979. As entidades da educação mandaram mensagens para que suas bases pressionassem o Congresso, agilizemos cartas e nos unificamos por conta de uma pauta em comum. Momentos como esse nos fazem refletir sobre qual universidade queremos e como vamos construí-la”, afirma.

A resposta inclui, necessariamente, dois elementos que o Sindicato Nacional construiu através das bases: autonomia e democracia interna. Ou seja, a defesa da universidade passa por um enfrentamento central ao atual governo. “Nós certamente estamos dispostos a construir, com amplos segmentos, esse esforço que a gente vem fazendo no setor da educação federal, no comando nacional unificado, no próprio diálogo com as entidades representativas e as frentes que estão mobilizando, enfim, em todos os espaços de que o ANDES-SN participa e que ajuda a construir”, acrescenta a secretária-geral do Sindicato.

Ufpel realiza pesquisa sobre a expansão do novo coronavírus



FOTO: SHUTTERSTOCK

Desde o início da pandemia do novo coronavírus, docentes e técnicos das universidades públicas brasileiras, os institutos federais e Cefet vêm se empenhando em diversas ações de combate à Covid-19. Desde pesquisas laboratoriais, desenvolvimento de equipamentos de proteção, aparelhos médicos até a assistência aos profissionais de saúde e à população em geral, as instituições públicas estão reafirmando seu papel fundamental na composição social do país.

Uma das iniciativas que ganhou destaque, tanto por seu ineditismo quanto pelas confusões geradas, foi o Estudo de Prevalência da Infecção por Covid-19 no Brasil (Epicovid-19 BR) coordenado pela Universidade Federal de Pelotas (Ufpel), com o apoio de outras federais gaúchas. A pesquisa, que tem a participação do Ministério da Saúde para sua replicação em nível nacional, é o maior levantamento populacional do mundo a estimar a prevalência da Covid-19.

Aprovado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, o estudo estima a proporção de pessoas com anticorpos para a Covid-19 e analisa a evolução de casos na população brasileira, por meio de uma amostragem de participantes em 133 “cidades sentinelas”, que são os maiores municípios das divisões demográficas do país, de acordo com critério do IBGE.

Antes de expandir a coleta de dados para todo o Brasil, foram realizadas três etapas no Rio Grande do Sul com a testagem de anticorpos para coronavírus em 13.189 pessoas, de nove cidades gaúchas.

Nacionalmente, o Epicovid-19 foi iniciado em 14 de maio e entra na sua terceira etapa em 21 de junho, com a meta de realizar 33.250 testes rápidos e entrevistas em municípios de todos os estados do país. Cerca de 2,6 mil pesquisadores do Ibope Inteligência vão às ruas para visitar residências e convidar 250 moradores a realizar os testes rápidos.

Início tumultuado

Já em seu começo, a pesquisa encontrou um grande entrave: a falta de informação aliada, em alguns casos, ao negacionismo científico. Em cerca de 40 cidades, equipes foram agredidas, impedidas de trabalhar e até mesmo detidas pela polícia. Algumas tiveram materiais destruídos, o que paralisou o levantamento. Além de enfrentar a hostilidade por parte de moradores e repressão das forças de segurança, alguns trabalhadores do Ibope foram atacados por apoiadores bolsonaristas.

Em vários municípios, as prefeituras alegaram não terem sido informadas sobre a pesquisa em tempo de alertar a população e as forças de segurança locais. Segundo o Ibope, todos os profissionais portam identificações funcionais, utilizam

equipamentos de proteção e contam com suporte a distância de profissionais de saúde.

Em nota, a Ufpel informou que “o Ministério da Saúde responsabilizou-se por contatar os 133 municípios participantes da pesquisa, o que ocorreu por meio de ofício durante essa semana. Além disso, o estudo está divulgado na capa da página oficial do Ministério da Saúde (www.saude.gov.br).”

A instituição condenou as ações das forças de segurança que, em vez de “proteger os entrevistadores, foram responsáveis por cenas lamentáveis e ações truculentas, algumas delas felizmente registradas”.

A diretoria do ANDES-SN também se posicionou em apoio aos pesquisadores e repudiou “a violência e as ações anticidência incentivadas pelo Governo Federal, pois tais ataques são a expressão do ódio ao conhecimento e à educação, tão difundidos pelo governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro, que se materializa das mais diversas formas, como nos cortes orçamentários das universidades, institutos federais e Cefet, que impactam diretamente no ensino, na pesquisa e na extensão, mas também podemos notar no ódio à academia.”

Resultados obtidos

A segunda etapa da pesquisa apresentou evidências inéditas sobre a velocidade de expansão do coronavírus em 83 cidades do país. No período de duas semanas, entre a primeira etapa, realizada de 19 a 21 de maio, e a segunda, de 4 a 5 de junho, a proporção de pessoas que já contraíram o vírus no Brasil aumentou em 53%.

Os últimos dados levantados mostram ainda que, para cada diagnóstico confirmado, existem cerca de seis casos reais não notificados na população. Ou seja, de acordo com as estimativas, mais de 1,7 milhão de pessoas têm ou já tiveram contato com o novo coronavírus, contra o total de 296.305 casos notificados em 120 cidades brasileiras, na véspera do segundo levantamento da pesquisa.

A segunda fase do Epicovid-19-BR realizou 31.165 entrevistas e testes para o novo coronavírus. Na primeira etapa, ocorrida entre 14 e 21 de maio, foram entrevistadas e testadas 25.025 pessoas.

*Com informações da Ufpel

União das lutas antirracistas e antifascistas marcam a compreensão de que o Estado democrático não pode conviver com opressões raciais



FOTO: MIRA NINA

O primeiro domingo de junho marcou uma virada no calendário de lutas de 2020 e um símbolo na agenda de resistência aos ataques à democracia. Em um ano que entrará para a história por causa de uma pandemia e no qual as pessoas foram orientadas a permanecer em suas casas, o sucessivo assassinato de pretos e pretas, especialmente crianças e jovens, explicitou as contradições frutos da opressão estrutural do sistema capitalista. Enquanto os moradores de bairros com maioria branca faziam ‘home office’, o filtro racial que delimita fisicamente as regiões das cidades por um recorte de raça obrigava trabalhadores excluídos dos sistemas de proteção trabalhista a saírem de casa para buscar seu sustento nas ruas.

Nas ruas, também, a classe trabalhadora desconfinada do isolamento por falta de condições materiais de mantê-lo, tanto quanto pela necessidade premente de gritar pela própria sobrevivência, fez surgir algo até então raro no país, que foi o fenômeno da interseccionalidade na luta por um Estado de direito. Como se finalmente compreendessem a impossibilidade de uma sociedade democrática formada

por apenas uma parcela da população, em 7 de junho - e cada vez mais, nas semanas seguintes - as bandeiras de lutas juntavam vários gritos: contra o racismo, a LGBTfobia, o machismo feminicida, as diversas opressões de gênero, raça e classe, enfim, misturadas.

Para os movimentos sociais, entre eles o ANDES-SN, a interseccionalidade não é algo inédito, como frisa Erlando Rêses, 3º tesoureiro do Sindicato Nacional, para quem o debate é premente inclusive dentro das estruturas universitárias, fundadas sobre um loirocentrismo fortemente presente nos currículos das graduações e pós-graduações brasileiras. Para o professor, é impossível construir uma sociedade sem combater o racismo, impregnado nas instituições políticas, religiosas e trabalhistas. “A luta antirracista é parte fundamental da luta para frear a escalada autoritária, e a tarefa da classe trabalhadora é se organizar aproveitando as brechas que há na atual conjuntura para retomar as ruas e conter o fascismo”, afirma.

Entender o antirracismo e o antifascismo como parte da mesma luta e como imperativos para a classe trabalhadora é a tônica das manifestações sociais

nesse momento em que as instituições democráticas sofrem ataques severos. Erlando Rêses destaca que a interseccionalidade é uma preocupação histórica do ANDES-SN, em um primeiro momento através do Grupo de Trabalho de Etnia, Gênero e Classe (GTEGC), hoje denominado Políticas de Classe para as Questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS). “Temos uma produção consistente de documentos que considero importante divulgar, como a Cartilha de Combate ao Racismo e as demais cartilhas, a revista de número 62, que versa sobre a abolição da escravidão do Brasil e vários outros, que também estão disponíveis no site do ANDES-SN”. Ele destaca a importância de tratar temas que se relacionam a prerrogativas no espaço acadêmico, sempre desafiantes por lidarem com lugares de privilégio, acostumados a uma certa retórica de embranquecimento e que necessitam, muito urgentemente, ser repactuados.

Atos democráticos, antifascistas e antirracistas

Desde o aniversário do golpe militar, em 31 de março, durante a qual mani-

festantes ostentavam faixas e cartazes pedindo intervenção no sistema judicial e o fim da democracia, as lutas que aconteciam majoritariamente no ambiente digital - *lives*, abaixo-assinados, grupos de pressão, painéis e outras - voltaram a tomar, paulatinamente, as ruas.

O que começou com um protesto, quase um grito de desabafo, foi incorporado pela população brasileira como um basta à política de genocídio, de dismantelo das políticas públicas, de descaso com a saúde do povo brasileiro, da desigualdade e de injustiça.

As manifestações juntaram torcidas antifascistas organizadas de futebol, movimentos sociais, centrais sindicais, sindicatos e entidades estudantis. A compreensão

de que, enquanto houver racismo, será impossível haver democracia ampliou o protagonismo das lutas para combater a discriminação social, racial e sexual.

Caso de polícia

A polícia do Brasil é a que mais mata no mundo. Mas não o faz aleatoriamente: as vítimas das chamadas forças de defesa são em sua maior parte negros, pobres, periféricos e, a cada dia mais, jovens.

Nos EUA, a polícia é fundada quando termina a escravidão no país - a finalidade dela é resguardar a propriedade dos brancos, protegendo-a de uma classe liberta sem respaldo social, portanto marginalizada. No Brasil, último país no mundo a

abolir a escravidão, a polícia surge com a vinda da família real de Portugal. Da mesma forma, sua função é proteger uma elite dos seus inimigos que, nesse caso, é o próprio povo do país.

Quando não é fisicamente eliminada, a parcela incômoda da população é sistematicamente silenciada ou afastada através da detenção. O país frequenta o pódio no quesito encarceramento; a terceira maior população penitenciária do mundo é majoritariamente negra e jovem. No Brasil, o último levantamento Departamento Penitenciário Nacional (Depen), mostra que 65% da população presa é predominantemente composta por pretos e pardos.



NO BRASIL, VIDAS NEGRAS IMPORTAM

A miopia racial de uma polícia que não diferencia crianças de uniforme escolar de bandidos procurados assassinou Marcos Vinícius da Silva no Complexo da Maré. No Morro do Alemão, Ágatha Félix levou um tiro pelas costas. João Vitor da Rocha, morto aos 18 anos, distribuía cestas básicas na Cidade de Deus. João Pedro Mattos, de 14 anos, brincava com os primos no quintal de casa. Miguel Otávio não foi morto pela polícia, mas sua morte une tantos elementos simbólicos que se torna uma metáfora das opressões estruturais vividas no país; tendo como elemento central o racismo, fala também do machismo que responsabiliza apenas a mulher no cuidado do filho; da exploração

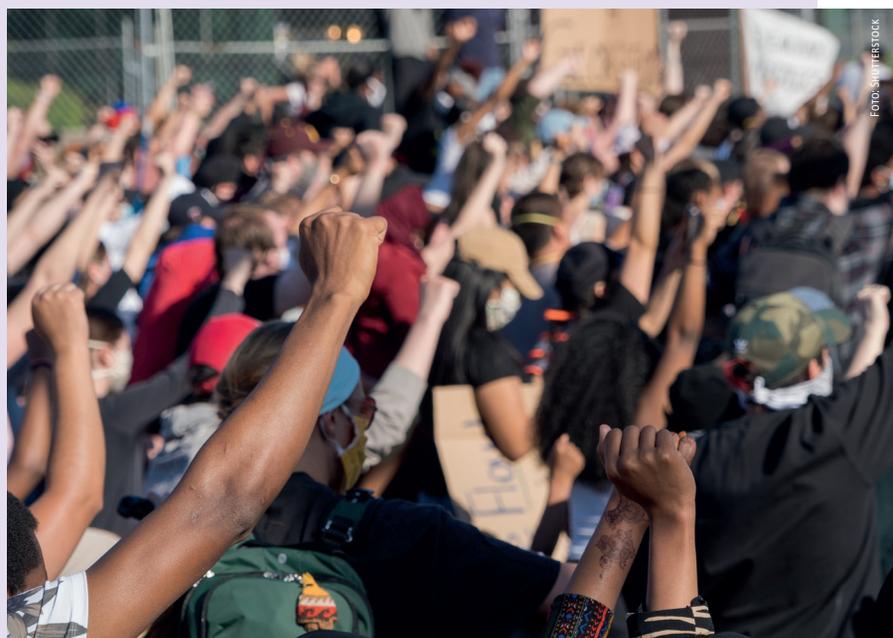
da trabalhadora doméstica, que não é liberada do trabalho para cumprir o isolamento; da indiferença da classe dominante, incapaz de cuidar de uma criança enquanto a mãe passeia com o cachorro da patroa; do salário da trabalhadora, pago pelo dinheiro público pelo prefeito que exerce o cargo residindo em outra cidade; da patroa que não pode interromper a manicure, realizada por outra mulher obrigada a sair de casa em busca de sustento; e o cenário, o elevador de serviço, ele mesmo repleto de significados sociais.

Quando o racismo estrutural e a política de extermínio da população negra são representados por faces tão jovens, executados de forma tão perversa, a dor crônica da necropolítica sofre uma agudização que acaba por se derramar em protestos pelas ruas.

NOS EUA, NEGROS QUEREM RESPIRAR

A recusa à asfixia sob o joelho do homem branco levou milhares de pessoas às ruas, gritando "Eu não consigo respirar", as últimas palavras ditas por George Floyd, brutalmente assassinado, sufocado enquanto se encontrava desarmado e algemado em uma detenção policial em Minneapolis, EUA, no dia 25 de maio. Os pedidos por justiça e igualdade foram replicados em diversos países pelo mundo e continuam acontecendo e provocando um fenômeno que está sendo chamado de globalização da consciência.

O marco inicial da luta racial norte-americana foi o episódio Rosa Parks, em 1955, quando uma trabalhadora negra se recusou a obedecer à Lei Jim Crow e ceder seu assento no ônibus a um homem branco. A diferença é que, hoje, as manifestações incorporam um elemento a mais, que é dizer que o racismo não é um problema exclusivo de negras e negros; é uma falha grave da humanidade que, para viver em um mundo justo, precisa superar o modelo de privilégios de branquitude.



Dia Mundial do Meio Ambiente encontra Amazônia sob tripla ameaça

Desmatamento, pandemia e queimadas constituem uma tempestade perfeita



FOTO: SHUTTERSTOCK

Vista aérea da área desmatada da floresta amazônica causada por atividades ilegais de mineração

O Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado em 5 de junho, foi marcado por protestos e declarações de ativistas afirmando que a Floresta Amazônica vive o momento mais crítico de sua história e que as queimadas podem deixar habitantes da região ainda mais vulneráveis à Covid-19. Grupos da sociedade civil e promotores públicos estão processando o governo Jair Bolsonaro exigindo cuidados ao meio ambiente.

Processos judiciais movidos pela Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa), por partidos políticos, pelo Greenpeace e pelo Instituto Socioambiental desafiam o governo a

rever ações de enfraquecimento das inspeções relacionadas à exportação de madeira e de corte de verbas destinadas à proteção climática.

O primeiro ano e meio de governo negacionista e anticientífico castigou a floresta aumentando o desmatamento, atacou os direitos dos povos indígenas da Amazônia e promoveu o relaxamento de regras para fiscalizar e coibir a extração ilegal de madeira, a prática ilegal da pecuária e a mineração. Além das ações ajuizadas por grupos de proteção ambiental internos, inúmeros protestos chegaram de outros governos, investidores e empresas estrangeiras quanto ao descaso e desmatamento, que atingiu seu nível mais alto desde 2008.

Para Madalena Vange, 2ª vice-presidente da Regional Norte I do ANDES-SN, tem sido dispensada pouca atenção à relação entre degradação ambiental e as epidemias, como a da Covid-19, Ebola e AIDS entre outras. "No entanto é preciso salientar que esses vírus vêm da floresta e a invasão provocada pelo modelo capitalista extremamente destrutivo em que vivemos não só induz as mudanças climáticas e eventos extremos como também o surgimento de novas doenças virais que passam dos animais, que são desalojados de seus habitats naturais, e assim ficam mais próximos da sociedade viabilizando o surgimento dessas novas doenças", ressalta a coordenadora do Grupo de Trabalho de Política Agrária, Urbana e Ambiental (GTPAUA).

Em junho, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) revisou para cima sua estimativa anterior, divulgada em novembro último, para a devastação ocorrida entre agosto de 2018 e julho de 2019. Usando dados de satélite, os cientistas calcularam que o desmatamento anual da Amazônia brasileira aumentou 34% em relação ao período anterior, atingindo uma área superior a 10 mil quilômetros quadrados, comprometendo, inclusive, a ratificação do acordo de livre-comércio entre a União Europeia (UE) e o Mercosul. Para ter validade, o pacto, que foi assinado na cúpula do G20 em junho de 2019, tem que ser aprovado pelos parlamentos de todos os países de ambos os blocos.

Invasores e grileiros não fazem 'home office'

Enquanto a população se angustia com o avanço da pandemia da Covid-19, invasores de terra aproveitam a providencial 'distração' para desmatar trechos de floresta. Segundo relatório do Inpe divulgado em maio, "a expectativa, seguindo o padrão de longo prazo, é de que caso não haja uma intervenção incisiva do Estado para coibir os atos ilegais, essas queimadas induzirão o aumento do material particulado emitido para a atmosfera, degradando a qualidade do ar, e, conseqüentemente, aumentando a incidência de doenças respiratórias na população Amazônica".

A preservação da cobertura florestal amazônica é fundamental por diversas razões, entre elas a segurança da vida de mais de 100 tribos indígenas isoladas, que habitam o território, e a prevenção da possibilidade de ocorrência de novas pandemias, que se tornam mais prováveis com a desarborização que aumenta as chances de doenças passarem de animais para humanos. Segundo estudo publicado na revista PNAS em outubro de 2019, o desmatamento da Amazônia aumenta significativamente a transmissão da malária.

Madalena Vange lamenta o fato de não vermos, "nem nesse momento de angústia

e pesar, o mínimo de dignidade do governo na proteção das florestas e dos povos indígenas". Os dados da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), coletados em 20 de junho, revelam 4185 indígenas infectados e 117 óbitos confirmados por Covid-19.

Os povos originários da Floresta Amazônica estão se fechando em suas comunidades, com poucos recursos médico-sanitários e vulneráveis ao que pode representar o extermínio de muitas comunidades. "Os indígenas imprensados pelo avanço da grilagem e pelo garimpo ilegal que agora tem uma licença silenciosa do Estado, se veem praticamente no abandono na luta contra a Covid-19.", destaca Madalena e continua, "se não cuidarmos do meio ambiente com uma política séria e emergencial, não vai adiantar ter muita soja, milho ou ouro, porque não teremos mais vidas", conclui a diretora do ANDES-SN.

Ex-ministros protestam contra desgoverno

Em 10 de junho foi divulgada uma carta aberta de 9 ex-ministros da pasta, na qual afirmam que o país vive atualmente um "desgoverno" que representa uma ameaça às instituições democráticas, ao meio ambiente, aos povos indígenas e à saúde e à vida de brasileiros em meio à epidemia de Covid-19. O texto condena a postura "anticientífica" da gestão Bolsonaro e o desrespeito aos demais Poderes por parte do Executivo, e defende que potenciais crimes de responsabilidade cometidos pelo ministro Ricardo Salles precisam ser investigados.

O documento é assinado pelos ex-ministros Carlos Minc, Edson Duarte, Gustavo Krause, José Carlos Carvalho, Izabella Teixeira, Marina Silva, Rubens Ricupero, Sarney Filho e José Goldemberg. Eles comandaram a pasta nos governos dos ex-presidentes Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Lula, Dilma Rousseff e Michel Temer.

Entre os citados ataques à democracia e à sustentabilidade, o grupo menciona a destruição dos biomas, que avança em

taxas aceleradas, "com aumentos expressivos de desmatamentos na Amazônia, no Cerrado e na Mata Atlântica" e pede que a Procuradoria-Geral da República (PGR), o Supremo Tribunal Federal (STF), o Congresso Nacional, governadores e prefeitos tomem providências e medidas legais para garantir a preservação ambiental e da democracia no país. O pedido de investigação foi formalizado através do Fórum de Ex-Ministros do Meio Ambiente do Brasil em Defesa da Democracia & Sustentabilidade.

O documento condena o desmantelamento sistemático dos órgãos de fiscalização ambiental e citou a reunião ministerial de 22 de abril, tornada pública pelo STF e na qual o ministro afirma que deve 'aproveitar a pandemia para fazer passar a boiada', definida pelos ex-ministros como "degradante" e "retrato fiel desse desgoverno", que dedicou "horas a ofender e desrespeitar de maneira abjeta os demais Poderes do Estado, sem uma palavra de comando para o enfrentamento da crise econômica ou superação da crise 'pandêmica'".

"A única menção à pandemia, feita pelo ministro do Meio Ambiente, não se destinou a estabelecer conexões entre a agenda da sustentabilidade e os desafios na saúde e na economia, mas, incredivelmente, para se aproveitar do sofrimento geral em favor dos nefandos interesses que defende".

Na reunião, Salles proferiu uma frase que motivou protestos no mundo todo e ameaça de boicotes internacionais aos produtos brasileiros. "Nós temos a possibilidade neste momento, que a atenção da imprensa está voltada quase que exclusivamente para Covid-19. A oportunidade que nós temos, que a imprensa está nos dando um pouco de alívio nos outros temas, é passar as reformas infralegais de desregulamentação, simplificação, todas as reformas que o mundo inteiro cobrou", disse, no encontro, revelando assim "o verdadeiro plano em execução por este governo que é 'passar a boiada' sobre a legislação socioambiental", segundo a carta aberta.



Basta de Bolsonaro e Mourão!

Embora sem alimentar ilusões, é preciso construir uma unidade de ação para derrotar o projeto deste governo genocida



Todo processo de *impeachment* contra um presidente da República é um processo político, não jurídico. O caso da ex-presidente Dilma Rousseff ilustra muito claramente esta afirmação: a mandatária não cometeu nenhum crime de responsabilidade e as tais “pedaladas fiscais” foram um mero pretexto para a abertura do processo contra ela na Câmara dos Deputados. Mas, do ponto de vista político, Dilma estava enfraquecida: contava com apenas 10% de apoio da população e não tinha os 157 votos necessários para impedir a abertura do processo na Casa. No caso de Fernando Collor de Melo, que renunciou em 1992 para não ser afastado, o Supremo Tribunal Federal (STF) o absolveu, por falta de provas, depois que ele já tinha sido defenestrado. Mas a decisão do STF não reverteu a cassação de seus direitos políticos por 8 anos determinada pelo Parlamento.

Há hoje certamente muito mais razões para afastar Jair Bolsonaro da Presidência da República do que já houve contra qualquer outro mandatário em períodos anteriores. Desde que assumiu, o atual inquilino do Palácio do Planalto trabalha sistematicamente para destruir as instituições democráticas por dentro: dá apoio explícito a manifestações de cunho fascista, que pedem o fechamento do Congresso e do

Supremo Tribunal Federal; aparenta tentar interferir politicamente na Polícia Federal para beneficiar sua família e amigos; adota uma conduta irresponsável, senão criminosa, diante do avanço da pandemia do novo coronavírus no Brasil; aparenta ter relações abertas com grupos milicianos, como mostra a ligação com Fabrício Queiroz e o ex-capitão Adriano Magalhães da Nóbrega, morto em uma operação policial na Bahia; parece ser um dos patrocinadores de um esquema de divulgação de notícias falsas e ataques a autoridades e a instituições; faz ameaças a jornalistas e a veículos de imprensa; dá apoio explícito a desmatadores e grileiros; dedica-se a um projeto declarado de desmonte da educação pública brasileira; tenta comprometer as Forças Armadas com a defesa de seu governo e dá apoio a movimentos grevistas de policiais armados. Motivos, portanto, não faltam.

Tramitam até agora na Câmara dos Deputados nada menos que 48 pedidos de *impeachment* contra Bolsonaro. A maioria deles foi protocolada depois de fevereiro deste ano, quando ficou explícito que o mandatário tentava boicotar o trabalho do próprio Ministério da Saúde e dos governos estaduais no combate aos efeitos da pandemia da Covid-19 sobre a população brasileira. O descalabro do atual governo é de tal ordem que até ex-correligionários de Bolsonaro, como os deputados Alexandre

Frota (PSDB-SP) e Joice Hasselmann (PSL-SP), entraram com pedidos de *impeachment*. No entanto, até agora o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, fez ouvidos de mercador. Certamente, ele crê que o “Centrão” tenha votos para impedir a aprovação de um processo.

Diante desse impasse, o que fazer?

É preciso unir forças contra esse projeto de lesa-democracia em curso. O ANDES Sindicato Nacional apoia o processo de *impeachment* de Bolsonaro “como um esforço da construção na unidade de ação necessária para derrotar esse governo, mas compreendemos os limites dessa tática”, afirma o presidente Antônio Gonçalves. Em 21 de maio, o ANDES-SN assinou, juntamente com outras 400 entidades, um pedido de *impeachment* contra o presidente da república. Gonçalves acrescenta que é preciso derrotar o conjunto deste governo que ataca a educação pública e a classe trabalhadora com uma pauta econômica neoliberal e anticidência. “Não temos nenhuma ilusão com esse Congresso Nacional, mas entendemos que esta ação política é uma ferramenta importante para mostrarmos a nossa disposição de luta nessa conjuntura. Só a pressão conjunta das forças democráticas fará o Congresso se mexer, criando condições para derrotar o projeto Bolsonaro/Mourão”, conclui.

28 de junho: Amor e resistência



No dia 28 de junho, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros e intersexos (LGBTTI), cansados da violência e opressão, deram um basta às constantes batidas policiais e agressões aos frequentadores do bar Stonewall Inn, em Nova Iorque (EUA), em 1969. Naquela época, era ilegal ser LGBTTI em quase todos os estados estadunidenses. A Revolta de Stonewall durou seis dias e marcou definitivamente a história de luta contra a LGTTIfobia.

O 28 de junho faz parte do calendário de lutas do ANDES-SN desde 2019. No 38º Congresso do Sindicato Nacional foi aprovado um dia nacional de combate à LGTTIfobia nas universidades, institutos e Cefet.

Segundo Caroline Lima, coordenadora do Grupo de Trabalho de Políticas de Classe, Questões Étnico-raciais, Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS) do

ANDES-SN, a data é importante para o resgate histórico da luta e do orgulho em ser LGBTTI. “A data reflete como professores e professoras, que são parte da população LGBTTI, estão disputando as políticas públicas dentro das instituições e do nosso Sindicato. O ANDES-SN tem apoiado o movimento em defesa da diversidade e lutado contra o PL do Escola sem Partido, que também faz parte do combate a LGTTIfobia. Além do calendário de lutas, publicamos uma cartilha de combate às opressões, que são estruturantes em nosso país, um documentário da narrativa de docentes LGBTTI, campanhas visuais, entre outros. Tudo isso é fruto dessa luta dentro do Sindicato Nacional e das instituições e das construções de agendas de luta com movimentos sociais”, explicou Caroline.

Desestruturação

Nos últimos anos têm se agravado a desestruturação das políticas públicas

voltadas à população LGBTTI. Em 2019, por exemplo, o presidente Jair Bolsonaro fundiu o departamento de AIDS, IST e Hepatites Virais do Ministério da Saúde com outro setor. O Brasil era reconhecido mundialmente por suas políticas de combate ao vírus HIV.

Além disso, as mudanças no mundo do trabalho, como a reforma Trabalhista e a lei da Terceirização agravaram a situação dos LGBTTI no país. “A pandemia intensificou a precarização e o desemprego. Essa população, que se encontra em grande parte no subemprego, se tornou descartável para o Capital neste momento de crise”, avaliou a docente.

Uma pesquisa realizada, nesse ano, pelas universidades Federal de Minas Gêrias (UFMG) e Estadual de Campinas (Unicamp) revelou que 21,6% dos LGBTTI entrevistados estão desempregados, sendo o índice total de desemprego no Brasil é de 12,2%, segundo o IBGE (2018).

Para Caroline Lima, a necropolítica do governo Bolsonaro têm afetado diretamente a população LGBTTI. “É o governo que tenta omitir dados de violência policial e dados sobre LGBTTI e que tem um Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que promove ações de LGTTIfobia. No Ministério da Saúde, por exemplo, temos um ministro interino que não é médico e não entende nada de saúde pública”, afirmou.

A diretora do Sindicato Nacional ressalta que uma agenda de luta contra as opressões é fundamental para uma mudança significativa no combate a LGTTIfobia no país. “Não existe um projeto de educação pública socialmente referenciada que não seja anticapitalista, antirracista, antimachista, antilgbttifóbica e anticapacitista”, finalizou.

Em 2019, o relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB) indicou que o Brasil é o país que mais mata LGBTTI no mundo, com uma morte a cada 20 horas. Foram 420 mortes – por homicídio ou suicídio decorrente da discriminação – de integrantes da população LGBTTI em 2018. O levantamento mostrou que os homens gays são os mais atingidos, representando 39% das vítimas. Travestis e transgêneros estão em segundo lugar, respondendo por 36%.

O mês de junho também ficou conhecido como o **Mês do Orgulho LGBTTI** e várias cidades do mundo celebram com a Parada LGBTTI. Este ano, em virtude da pandemia do novo coronavírus, a Parada de São Paulo, considerada a maior do mundo, ocorreu virtualmente no dia 14 de junho, com shows, apresentações e debates sobre LGTTIfobia e racismo.

